

Comissão de defesa do Consumidor Meio Ambiente e Minorias

Projeto de Lei 5815 de 2001

Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas exploradoras de serviço de radiodifusão de sons e imagens tornarem disponível serviço gratuito de atendimento telefônico à população para fins que menciona.

Autor: Deputado Orlando Fantazini

Relator: Deputado Luiz Bittencourt

Voto em separado do Deputado César Medeiros

O PL 5815 de 2001 intenta somar esforços a campanha "**contra a baixaria na TV**". Em sua Justificativa o autor lembra que a Constituição da República veda qualquer tipo de censura ou mesmo cercear a liberdade de expressão dos meios de comunicação. Assim sendo, o PL visa estabelecer um serviço de 0800 para que os telespectadores possam se dirigir às emissoras de TV para opinar sobre a qualidade da programação exibida, ficando esta obrigada a encaminhar periodicamente o resultado destas opiniões ao órgão regulador do Poder Executivo para serem divulgados ao público. Ocorre que o relator da matéria não entendeu a fundamentação e intenção do autor da proposta elaborando de forma equivocada o seu parecer, confundindo os serviços de radiodifusão de sons e imagens (TV's) com os serviços de radiodifusão sonora (Rádios), posicionando-se contrário ao projeto.

Ora, o presente projeto faz menção somente às emissoras de televisão, o que pode ser verificado através da interpretação da expressão "**radiodifusão de sons e imagens**", posto que o próprio Constituinte Originário cuidou em diferenciar as emissoras de televisão das emissoras de rádios, quando expressamente utilizou no art. 223 da Constituição Federal, a seguinte redação:

"Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da competência dos sistemas privado, público e estadual". (grifos nossos)

Desta forma, nota-se que é muito clara a diferença entre radiodifusão sonora e radiodifusão de sons e imagens, a primeira expressão refere-se às rádios e a segunda às emissoras de televisão, que são objeto deste projeto.

O relator ainda justifica o seu voto contrário, embasado nas vedações constitucionais quanto a censura aos meios de comunicação e, a intervenção do Estado na livre iniciativa privada. Entretanto o direito de explorar a TV é público, permitindo o Constituinte Originário as concessões que sujeitam os concessionários às regras estabelecidas pelo Estado.

Neste ponto vale lembrar que recentemente, por decisão judicial, a emissora "Rede TV" foi compelida a mudar de horário um de seus programas. Esta determinação judicial baseou-se no fato de que o programa em questão apresentava cenas de degradação humana, sexo, violência contra idosos, entre outras "baixarias", que eram transmitidas em horário impróprio para este tipo de programação.

Neste sentido vale transcrever o que determina a Carta magna no que tange a programação de rádio e televisão, senão vejamos:

"Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas;

II - promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação;

III - regionalização da produção cultural, artística e jornalística conforme percentuais estabelecidos em lei;

IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família."

Ora, a exigência constitucional é de uma clareza solar quanto a possibilidade do Estado normatizar as atividades relacionadas com a programação das emissoras de rádios e TV's, que dispensa maiores argumentos. Assim, em cumprimento a estes princípios, a União editou a Lei

Geral das Telecomunicações de nº 9472 de 16 de julho de 1997, que em seu artigo 1º **determina:**

"Art. 1º Compete à União, por intermédio do órgão regulador e nos termos das políticas estabelecidas pelos Poderes Executivo e Legislativo, organizar a exploração dos serviços de telecomunicações.

Parágrafo único. A organização inclui, entre outros aspectos, o disciplinamento e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços e da implantação e funcionamento de redes de telecomunicações, bem como da utilização dos recursos de órbita e espectro de radiofrequências."

Não obstante a questão levantada pelo relator de que o PL invade a seara da empresa privada interferindo na livre iniciativa, sustentamos que essa questão é superada à luz do artigo 83 da citada LGT, abaixo transcrito, que dirime as dúvidas quanto o papel do Estado na regulamentação e na outorga dos serviço de telecomunicação à iniciativa privada, mesmo porque a "livre iniciativa" é um fundamento constitucional que estabelece o modo de produção capitalista no Estado Democrático de Direito, considerado norma programática, isto é, pendente de ação e regulamentação pelo próprio Estado.

"Art. 83. A exploração do serviço no regime público dependerá de prévia outorga, pela Agência, mediante concessão, implicando esta o direito de uso das radiofrequências necessárias, conforme regulamentação.

Parágrafo único. Concessão de serviço de telecomunicações é a delegação de sua prestação, mediante contrato, por prazo determinado, no regime público, sujeitando-se a concessionária aos riscos empresariais, remunerando-se pela cobrança de tarifas dos usuários ou por outras receitas alternativas e respondendo diretamente pelas suas obrigações e pelos prejuízos que causar."

Por outro lado, cumpre-nos observar que, o projeto em comento não especifica a espécie de rádio e TV a que pretende atingir, o que ao meu ver, S.M.J., poderá provocar um caos às emissoras de TV's de pequeno porte, isto é, as empresas de radiodifusão de sons e imagens de baixa potência e cobertura restrita, assim definidas em lei, face a impossibilidade das mesmas arcarem com as despesas e manutenção do serviço previsto no art. 2º do referido projeto.

Assim, propomos que o Art. 2º do PL 5815 de 2001 passe a ter a seguinte redação:

"Art. 2º

§ 1º para o atendimento no disposto no caput as emissoras irão fornecer o número de protocolo da reclamação ao telespectadores;

§ 2º as emissoras deverão encaminhar, individualmente, estas reclamações ao Ministério da Justiça devidamente organizada por número de protocolo entregue ao reclamante.

§ 3º as reclamações e seus resultados deverão ser divulgadas a cada trinta dias pelo poder executivo através de sítio na internet e Diário Oficial.

§ 4º - As concessionárias de radiodifusão de sons e imagens de baixa potência e cobertura restrita ficam autorizadas à substituição do serviço gratuito de atendimento telefônico por serviço via internet.

§ 5º - Os resultados, organizados de forma a individualizar cada programa veiculado pela emissora, deverão ser divulgados a cada trinta dias e encaminhados ao Poder Executivo."(NR)

Devido ao exposto votamos contrário ao Relatório do Deputado Luiz Bittencurt e favorável ao PL 5815 de 2001 , propondo a alteração do Artigo 2º, na forma apresentada, por entendermos que a propositura irá contribuir na qualidade e melhoria da fiscalização das programações das Tv's, por ser um instrumento de controle social sobre estes meio de comunicação.

Sala das Comissões 30 de abril de 2003

César Medeiros
Deputado Federal PT/MG